8.521) seguiu-se Decreto Legislativo nº 55/2008, cujo conteúdo não foi infirmado satisfatoriamente pela parte adversa.

3. O não pagamento de multa eleitoral até o ajuizamento do pedido de registro de candidatura impede a comprovação do requisito quitação eleitoral. No caso vertente, o fato resta agravado em face da multa questionada ter transitado em julgado ainda em 10/01/07, devidamente inscrita em dívida ativa da União em 27/06/07, sem qualquer providência de pagamento.

4. O parcelamento do débito após o pedido de registro de candidatura não satisfaz à quitação eleitoral, já que não há retroatividade na espécie.

5. Precedentes.

6. Recurso de Jonas Pereira Barros a que se nega provimento. ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, não conhecer dos recursos do Partido Democratas, Partido Progressista e Partido Trabalhista do Brasil. Por maioria, negar provimento ao recurso de Jonas Pereira Barros, nos termos do voto do Relator. Vencido o Juiz André Ramy Pereira Bassalo, no que concerne ao reconhecimento da quitação eleitoral do recorrente.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 01 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.511

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA Nº 1923 – PARÁ (Município de Belém)

Relator: JUIZ CÉLIO SIMÕES DE SOUZA

Interessado: RAIMUNDO RODRIGUES DE OLIVEIRA - CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO FEDERAL – N.º 1.236 - PDT.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. ELEIÇÕES 2006. CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. PERÍODO A SER AFERIDO. COMPROMETIMENTO NO CONTROLE EFETIVO DE GASTOS ELEITORAIS.

1. É assente na jurisprudência do TSE e do TRE/PA a necessidade de toda e qualquer movimentação financeira de candidato passar obrigatoriamente por conta bancária específica, sob pena de rejeição das contas.

2. A não abertura de conta bancária específica, a tempo e modo para movimentação dos recursos de campanha, impede o controle efetivo dos gastos realizados pelo candidato durante a campanha.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, rejeitar as contas do interessado, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Belém, 01 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz CÉLIO SIMÕES DE SOUZA – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.512

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA Nº 2413 – PARÁ (Município de Belém)

Relator: Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO

Interessado: JOSÉ AUGUSTO LIMA DA ROCHA, CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL – Nº 22.147 – PL.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO. DEPUTADO ESTADUAL. ELEIÇÕES 2006. APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA. CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA. ABERTURA. PERÍODO A SER AFERIDO. COMPROMETIMENTO NO CONTROLE EFETIVO DE GASTOS ELEITORAIS.

1. A conjugação da apresentação intempestiva e da abertura tardia de conta bancária específica para registro do movimento financeiro de campanha, importa na desaprovação da prestação de contas.

2. É assente na jurisprudência do TSE e do TRE/PA a necessidade de toda e qualquer movimentação financeira de candidato passar obrigatoriamente por conta bancária específica, sob pena de rejeição das contas.

3. A não abertura de conta bancária específica, a tempo e modo

para movimentação dos recursos de campanha, impede o controle efetivo dos gastos realizados pelo candidato durante a campanha.

4. Cont rejeitadas.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, desaprovar as contas do interessado, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 01 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.513

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA Nº 2447 – PARÁ (Município de Belém)

Relator: JUIZ ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO

Interessado: FRANCISCO CLAUDIO RISUENHO ABDON - CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL – N.º 20.123 – PSC.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA ELEITORAL. NÃO APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS PARA DIVULGAÇÃO NA INTERNET. EXTRATOS BANCÁRIOS SEM VALOR LEGAL. IRREGULARIDADES MERAMENTE FORMAIS. APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA DAS CONTAS PROPRIAMENTE DITAS. REJEIÇÃO

Em que pese a não apresentação dos relatórios para a divulgação na internet, bem como a apresentação de extratos bancários sem valor legal configurarem-se em impropriedades que não comprometem a regularidade das contas, verificada a intempestividade na apresentação das contas propriamente ditas, impõe-se sua desaprovação. Inteligência do art. 39, II, da Resolução n.º 22.250/2006. Precedentes.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, desaprovar as contas do interessado, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 01 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 25675

ACÓRDÃO N.º 22.507

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA Nº 2437 – PARÁ (Município de Belém)

Relator: JUIZ ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO

Interessado: JOSÉ JACÓ MENDES NOGUEIRA DE CARVALHO - CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL – N.º 40.620 – PSB.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. CAMPANHA ELEITORAL. APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA DOS RELATÓRIOS PARA DIVULGAÇÃO NA INTERNET. IRREGULARIDADE FORMAL. APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA DAS CONTAS PROPRIAMENTE DITAS. REJEIÇÃO

Em que pese a apresentação intempestiva de relatórios para a divulgação na internet, configurar-se em impropriedade que não compromete a regularidade das contas, verificada a intempestividade na apresentação, impõe-se a desaprovação das contas. Inteligência do art. 39, II, da Resolução n.º 22.250/2006. Precedentes.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, desaprovar as contas do interessado, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 01 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 25762

PORTARIA N.º 10.622 SGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e em vista do disposto no art. 10, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 2, de 25.08.2009, deste Tribunal, R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR os servidores responsáveis pela assinatura digital do Diário da Justiça Eletrônico, na forma abaixo discriminada:

FRANCILENE DO SOCORRO DO NASCIMENTO E NASCIMENTO - Titular;

KAYLA DE OLIVEIRA COHEN - 1º substituto;

ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA - 2º substituto;

BRUNO GIORGI ALMEIDA E SILVA - 3º substituto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 01 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 25782

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA N.º 10.632 SGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, item XII, do Regimento Interno, e à vista da decisão exarada no processo protocolado sob o n.º 10.558, de 28.08.2009, RESOLVE:

Art.1º. DISPENSAR a Dra. JANAÍNA FERNANDES ARANHA LINS DE ANDRADE de seus trabalhos à frente da 81ª Zona – Garrafão do Norte, a contar de 26.08.2009.

Art. 2º. DESIGNAR os Magistrados, abaixo relacionados, para responderem pelas Zonas Eleitorais indicadas, a contar das datas mencionadas, com a convalidação dos atos praticados:

I – Dr. ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MOITA KOURY, Juiz Eleitoral da 99ª Zona, sediada em Melgaço, cumulativamente, pela 15ª Zona – Breves, a contar de 27.08.2009, até o retorno do titular;

II – Dra. VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, cumulativamente, pela 4ª Zona – Castanhal, a contar de 27.08.2009, até o retorno do titular, e pela 81ª Zona – Garrafão Norte, a contar de 26.08.2009, até ulterior deliberação;

III – Dra. MARIA AUGUSTA FREITAS DA CUNHA, Juíza Eleitoral Titular da 92ª Zona, sediada em Prainha, cumulativamente, pela 55ª Zona – Almeirim, a contar de 26.08.2009, até o retorno do titular;

IV – Dr. JOÃO LOURENÇO MAIA SILVA pela 65ª Zona – Barcarena, a contar de 27.08.2009, até o retorno do titular;

V – Dra. MARIA APARECIDA MOURÃO SANTA BRÍGIDA, Juíza Eleitoral Titular da 32ª Zona, sediada em Marapanim, cumulativamente, pela 9ª Zona – Curuçá, a contar de 27.08.2009, até o retorno do titular;

VI – Dr. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI pela 46ª Zona – Santana do Araguaia, a contar de 25.08.2009, até o retorno do titular;

VII – Dr. AIDISON CAMPOS SOUZA pela 58ª Zona – Curionópolis, a contar de 25.08.2009, até o retorno do titular.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 03 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 25779

PORTARIA N.º 10.630 SGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR a servidora JANILZE RODRIGUES SANTOS, Secretária de Administração, para responder, cumulativamente, pela Diretoria-Geral, em substituição ao servidor Francisco Valentim Maia, no dia 13.05.2009, convalidando os atos praticados pela mesma.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 03 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 25772

PORTARIA N.º 10.627 SGP

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 41, §3.º e art. 47, §3.º da Resolução TRE/PA n.º 3.881/2006, e ainda o que consta do Processo Administrativo protocolado sob